

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.030.742 - RJ (2016/0325189-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TRÊS RIOS**
ADVOGADO : **WILSON DUARTE DE CARVALHO - RJ122677**
ADVOGADA : **FLAVIA KRUSCHEWSKY MITCHELL MÜLLER E OUTRO(S) - RJ135380**
AGRAVADO : **ROSANGELA NOGUEIRA DA SILVA**
ADVOGADO : **CARMEM LÚCIA PÁDUA RABELO NOGUEIRA - RJ081265**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Na origem, o recurso especial foi inadmitido (fls. 321/331).

Às fls. 447/450, proferi decisão determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso representativo da controvérsia, o apelo especial: I) tenha seguimento negado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; II) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, caso o aresto hostilizado divirja do entendimento firmado nesta Corte (artigo 1.040, I e II, do novo CPC/2015).

Realizado novo julgamento do feito, diante do procedimento previsto no art. 1.030, II, do CPC/2015, o Colegiado *a quo* manteve o *decisum*, em acórdão assim ementado (fl. 508):

APELAÇÃO CÍVEL. Autos retornados a esta relatora para eventual reconsideração em razão de tese firmada no STJ. Tema 565. REsp 1.339.313/RJ. Esgotamento Sanitário. Possibilidade de cobrança da tarifa pela prestação de uma ou de algumas das atividades. Prova pericial que afirma não existir nenhum tipo de serviço prestado à autora. Ausência de serviço de coleta, transporte ou tratamento. Manutenção do Julgado.

A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao

realizar novo juízo de admissibilidade do recurso especial, devolveu os autos a esta Corte, sob os seguintes argumentos (fl. 589):

Com tais considerações, verifica-se que há aparente divergência entre o que decidiu o acórdão recorrido mantido e o que ficou assentado na tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça ao apreciar o Tema nº 565.

No mais, recaiando a controvérsia sobre matéria exclusivamente jurídica e havendo o prequestionamento, restam preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso.

À conta de tais fundamentos, devolvam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça, na forma da decisão de fl. 416.

É O BREVE RELATÓRIO.

O Tribunal de origem, no julgamento realizado em juízo de retratação, consignou que (fls. 511):

Nesse contexto, é certo que a operacionalização de qualquer das fases do esgotamento sanitário, mesmo que efetuada por galerias pluviais, já autoriza a cobrança da tarifa. Contudo, de acordo com o laudo pericial de 1-95, a empresa ré não presta nenhum serviço de referente a esgoto à autora, posto que esta esgota seus efluentes em rede própria desembocando em um córrego próximo a sua residência.

Conclui o Perito, seu laudo técnico, informando que infelizmente os córregos municipais descumprem a sua função natural de escoamento das águas pluviais das bacias "hidrográficas" da cidade.

Vários habitantes aproveitam os mesmos para drenar seus esgotos sanitários, quando estes deveriam ser esgotados em rede própria, coletor público, do serviço de águas e esgotos local e estes tratados adequadamente, e não jogados "in natura" nos córregos e rios do país,.

O Autor esgota seus efluentes sanitários em rede própria, para um manilhamento, que passa embaixo de seu quarteirão e que drena posteriormente para um córrego, indo desaguar no Rio Paraíba do Sul, por não poder alcançar, via gravidade, a rede coletora pública do Réu. Seu imóvel situa-se abaixo da rua. Portanto o Réu não presta, tecnicamente, nenhum tipo de serviço, referente a esgoto sanitário, à Autora.

Portanto, essa é a conclusão chegada pelo Perito do JUÍZO.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, a situação dos presentes autos é diversa da reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça como apta a gerar a cobrança da tarifa de esgoto.

Nessas condições, não merece retratação o Acórdão anterior.

De fato, razão assiste ao Tribunal de origem, motivo pelo qual a matéria abordada no **REsp 1.339.313/RJ (Tema 565)** não se aplica à presente demanda.

ANTE O EXPOSTO, torno sem efeito a decisão de fls. 447/450.

Publique-se e após voltem os autos conclusos para novo exame do agravo em recurso especial.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator